



CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

- 01.** Sobre o prazo para pleitear a anulação de uma escritura pública de compra e venda de imóvel, realizada em fraude contra credores e lavrada em janeiro de 2020, é correto afirmar que ele é
- (A) prescricional, de 05 anos, e contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
 - (B) decadencial, de 04 anos, e contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
 - (C) prescricional, de 03 anos, e contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
 - (D) prescricional, de 04 anos, e contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
 - (E) decadencial, de 05 anos, e contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- 02.** Uma senhora foi agredida durante uma discussão e ficou com graves sequelas motoras. Sobre seu possível pedido judicial para uma reparação, é correto afirmar que ela
- (A) pode pleitear somente a reparação pelo dano material que teve nas despesas com cuidados médicos.
 - (B) pode pleitear somente a reparação pelo dano estético que sofreu.
 - (C) não pode pleitear a reparação pelo dano estético que sofreu.
 - (D) pode cumular os pedidos de reparação pelo dano estético e pelo dano moral.
 - (E) não pode pleitear a reparação pelos danos morais que sofreu.
- 03.** Sobre o direito de laje, é correto afirmar que
- (A) o titular do direito real de laje não responde pelos encargos e tributos que incidem sobre a sua unidade.
 - (B) a instituição do direito real de laje implica na atribuição de uma fração ideal de terreno ao titular da laje e a participação proporcional em áreas já edificadas.
 - (C) o titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, desde que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.
 - (D) compete apenas à União dispor sobre as posturas edilícias e urbanísticas associadas ao direito real de laje.
 - (E) o direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.
- 04.** Sobre a prescrição no direito civil, é correto afirmar que
- (A) não corre enquanto pendente cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
 - (B) corre entre cônjuges na constância da sociedade conjugal.
 - (C) não corre mesmo após o término da ação de evicção.
 - (D) corre entre um curador e um curatelado durante o exercício da curatela.
 - (E) corre a partir do recebimento da denúncia, quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal.
- 05.** Sobre a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a alternativa correta.
- (A) São retratáveis os compromissos de compra e venda que atribuam direito à adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.
 - (B) Não é obrigatório que os contratos de compra e venda, cessão ou promessa de cessão de loteamento sejam iniciados por quadro-resumo.
 - (C) Em caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis por ele levadas a efeito no imóvel serão indenizadas, salvo disposição contratual em contrário.
 - (D) Em caso de resolução contratual por fato imputado ao adquirente, deverão ser restituídos os valores pagos por ele, atualizados com base no índice contratualmente estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel, não podendo ser descontados dos valores pagos a comissão de corretagem, mesmo que integrada ao preço do lote.
 - (E) As atividades desenvolvidas pelas associações de moradores em loteamentos, sem fins lucrativos, vinculadas por critérios de afinidade, similitude e conexão à atividade de administração de imóveis, sujeita seus titulares à normatização e à disciplina constantes de seus atos constitutivos, cotizando-se na forma desses atos para suportar a consecução dos seus objetivos.
- 06.** Com relação à locação de imóveis urbanos, é correto afirmar que
- (A) havendo mais de um locatário, presume-se a existência de solidariedade entre eles, salvo estipulação contratual em contrário.
 - (B) as garantias da locação se estendem até a efetiva devolução do imóvel, ainda que prorrogada a locação por prazo indeterminado, sendo vedada a disposição contratual em contrário.
 - (C) o locador não pode exigir novo fiador caso este entre em recuperação judicial.
 - (D) é nula a disposição contratual que estabelece que as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário não serão indenizadas.
 - (E) é livre a convenção do valor do aluguel, podendo este ser vinculado à variação do salário-mínimo.

07. Sobre os direitos e proteção dos idosos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos programas habitacionais subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, devendo haver a reserva de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.
- (B) Aos maiores de 60 (sessenta) anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos.
- (C) Exceto em caso de emergência, nos atendimentos de saúde, os idosos maiores de oitenta anos terão preferência sobre os demais idosos.
- (D) Mesmo que o idoso esteja no domínio de suas faculdades mentais e não haja iminente risco de vida, compete exclusivamente ao médico optar pelo tratamento de saúde que reputar mais favorável.
- (E) Ao idoso internado ou em observação não é assegurado o direito a acompanhante.

08. Com relação ao usufruto no Código Civil de 2002, é correto afirmar que

- (A) o usufruto não se estende aos acessórios da coisa, sendo vedada qualquer disposição em contrário.
- (B) o usufruto não pode ser transferido por alienação.
- (C) os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao usufrutuário, e ao proprietário os vencidos na data em que cessa o usufruto.
- (D) o usufrutuário é obrigado a pagar por todas as deteriorações que ocorrerem à coisa, mesmo que resultantes do exercício regular do usufruto.
- (E) constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, sendo vedada a estipulação do direito de crescer.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

09. De acordo com a configuração atribuída pelo Código de Processo Civil ao instituto da denunciação da lide, é correto afirmar sobre tal modalidade de intervenção de terceiros que

- (A) é admissível, requerida pelo réu, dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- (B) é vedada mais que uma denunciação sucessiva, ficando preservado ao denunciado sucessivo direito de regresso a ser exercido por ação autônoma.
- (C) é causa de extinção da denunciação da lide sem resolução de mérito a hipótese de o denunciante ser vencido, pois a lide secundária não terá seu pedido examinado.
- (D) é vedado, uma vez feita a denunciação pelo autor, que o denunciado assuma a posição de litisconsorte do denunciante.
- (E) é obrigatória, sendo que, se a parte interessada não a promover na forma e prazo legais, perderá seu direito regressivo.

10. O ordenamento jurídico brasileiro é claro no sentido de que a petição inicial deve indicar o pedido com as suas especificações. Quanto ao mencionado requisito da petição inicial, é correto afirmar que

- (A) são compreendidos no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, excluídos os honorários advocatícios, cujo pedido deve ser expresso.
- (B) a existência de conexão é requisito para que se entenda lícita a cumulação de vários pedidos, em um único processo, contra o mesmo réu.
- (C) é permitido ao autor formular mais de um pedido em ordem alternativa, ou seja, estabelecendo preferência entre os pedidos, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- (D) a interpretação do pedido deve se dar de forma restritiva, não devendo o juiz considerar todo o conjunto da postulação mas apenas os pedidos formulados expressamente ao final da petição inicial.
- (E) é permitida a cumulação de pedidos, mesmo quando, para cada pedido, corresponder procedimento diverso, devendo para tanto o autor empregar o procedimento comum, sendo-lhe permitido inclusive adotar as técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais respectivos, desde que não sejam incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

11. Sobre as respostas do réu, de acordo com os contornos dados pelo Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o réu alegar na contestação não ser o responsável pelo prejuízo invocado, deverá o juiz extinguir liminarmente o processo com resolução de mérito em seu favor.
 - (B) É admitida a formação de litisconsórcio na reconvenção, seja ele ativo ou passivo, com a integração de terceiro na demanda.
 - (C) Na hipótese de haver alegação de incompetência absoluta, a contestação deverá ser protocolada junto ao foro que o réu entende competente, cabendo a este definir o juízo perante o qual tramitará a ação.
 - (D) A desistência da ação ou mesmo a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta a análise da reconvenção, por haver nítida relação de subordinação.
 - (E) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a existência de incompetência relativa, a qual, por ser de ordem pública, pode, inclusive, ser conhecida de ofício pelo juiz.
12. No que pertine ao recurso de embargos de declaração, segundo o regime estabelecido pelo diploma processual vigente, é correto afirmar:
- (A) compreendem-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.
 - (B) na hipótese de os embargos de declaração não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos deverá ser por ela ratificado, sob pena de não conhecimento do recurso.
 - (C) após a oposição de embargos de declaração, o juiz, em regra, intimará o embargado para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, sob pena de nulidade.
 - (D) uma vez publicada a sentença, o juiz não poderá alterá-la, nem mesmo por meio de embargos de declaração, a menos que seja para corrigir-lhe inexatidões materiais ou erros de cálculo.
 - (E) a oposição de embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso principal nos processos que tramitam na Justiça Comum, mas no Juizado Especial Cível ocorre apenas a suspensão do referido prazo.
13. Segundo os contornos traçados pelo Código de Processo Civil de 2015 à execução de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a Fazenda Pública apresentar impugnação parcial ao cumprimento de sentença iniciado em seu desfavor, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento provisório.
 - (B) Nos embargos à execução, a Fazenda Pública poderá alegar as matérias expressamente previstas em rol taxativo previsto na legislação processual.
 - (C) Na impugnação ao cumprimento de sentença, a Fazenda Pública pode alegar qualquer causa extintiva da obrigação, como pagamento, novação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.
 - (D) No cumprimento de sentença, a Fazenda será intimada para pagar em 30 (trinta) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento).
 - (E) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para pagar ou para opor embargos em 30 (trinta) dias.
14. Os embargos de terceiro são ações cujos contornos foram significativamente alterados pelo Código de Processo Civil de 2015. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.
- (A) Julgado procedente o pedido inicial, o ato de constrição judicial indevida será cancelado, sendo, todavia, vedado o reconhecimento do domínio do bem ou do direito em prol do embargante.
 - (B) Os embargos de terceiros destinam-se à defesa da posse decorrente de constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua, não tendo legitimidade o terceiro proprietário.
 - (C) O possuidor direto pode alegar, em sede de embargos de terceiro, apenas sua posse, sendo vedado aduzir o domínio alheio, por faltar-lhe legitimidade para tanto.
 - (D) A decisão que reconhecer estar provado o domínio ou a posse determinará a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, e também, se o embargante assim houver requerido, a manutenção ou a reintegração provisória da posse.
 - (E) Tem legitimidade para opor embargos o credor com garantia real, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos, podendo o embargado alegar em sua defesa qualquer matéria que lhe aproveite.

15. Sobre a ação renovatória de locação, é correto afirmar que
- (A) uma vez dissolvida a sociedade comercial por morte de um dos sócios, o sócio sobrevivente fica sub-rogado no direito à renovação, independentemente de continuar no mesmo ramo de atividade.
 - (B) por se tratar de ação dúplice, no caso de improcedência da demanda, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, independentemente de haver pedido na contestação.
 - (C) julgada procedente a ação renovatória, as diferenças dos aluguéis vencidos devem ser executadas em ação autônoma.
 - (D) preenchidos os requisitos legais, o locador estará obrigado a renovar o contrato, mesmo se tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação por determinação do Poder Público.
 - (E) é competente para conhecer e julgar tal ação o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
16. O procedimento da ação popular é especial extravagante de jurisdição contenciosa. Sobre essa ação, é verdadeiro afirmar que
- (A) qualquer cidadão pode habilitar-se como litisconsorte do autor ou do réu da ação popular.
 - (B) a intervenção do Ministério Público é obrigatória, podendo, se verificar a inexistência dos atos lesivos alegados na petição inicial, assumir a defesa dos autores dos referidos atos.
 - (C) a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá atuar ao lado do autor da ação popular.
 - (D) na hipótese de qualquer pessoa beneficiada pelo ato impugnado se tornar conhecida no curso do processo, deverá ser citada para a integração do contraditório, invalidando os atos processuais relevantes já praticados.
 - (E) se decorrer 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor promova a respectiva execução, o Ministério Público verificará a conveniência e oportunidade de promovê-la.
17. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) o direito civil será fonte subsidiária e supletiva do direito do trabalho.
 - (B) as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho podem criar obrigações não previstas em lei.
 - (C) as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho não podem restringir direitos legalmente previstos.
 - (D) as súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho devem interpretar a lei de acordo com os costumes locais.
 - (E) as súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho podem criar obrigações não previstas em lei, desde que no exercício do Poder Normativo.
18. A contratação de trabalhador autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade,
- (A) afasta a qualidade de empregado prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, desde que a prestação de trabalho não seja contínua.
 - (B) afasta a qualidade de empregado prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, carecendo de relevância o fato da prestação de trabalho ser contínua ou não.
 - (C) impede qualquer discussão acerca do princípio da primazia da realidade em face de fraudes perpetradas.
 - (D) afasta a qualidade de empregado prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, desde que não se trate da atividade principal do tomador de serviços.
 - (E) afasta a qualidade de empregado prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que é absoluta a presunção de que não se trata de trabalho subordinado juridicamente.
19. Quanto ao grupo econômico, para fins de responsabilidade trabalhista, é correto afirmar que
- (A) pode ser caracterizado pela mera identidade de sócios, desde que pertencentes à mesma família.
 - (B) pressupõe necessariamente a existência de uma *holding* que controla as demais empresas dele integrantes.
 - (C) todas as empresas dele integrantes são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas contraídas pelo empregador.
 - (D) pode estar configurado pelo interesse integrado, efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta das empresas dele integrantes.
 - (E) depende do preenchimento dos requisitos estatutários e da subordinação das empresas dele integrantes à empresa principal.

20. Determinada empresa, objetivando superar uma crise financeira sem promover a dispensa coletiva de seus empregados, resolveu suprimir temporariamente o pagamento de comissões a todos os trabalhadores, os quais concordaram expressamente com a solução adotada pela empregadora, pois, na prática, a remuneração passaria de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

Nessa situação, é correto afirmar que a supressão

- (A) foi ilegal, pois contraria dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista o prejuízo aos empregados.
- (B) está amparada pela Reforma Trabalhista, tendo em vista a prevalência do negociado sobre o legislado.
- (C) foi correta, pois as comissões não possuem natureza salarial.
- (D) está amparada pela Consolidação das Leis do Trabalho, desde que não seja por período superior a 6 (seis) meses.
- (E) foi incorreta, pois deveria ter sido precedida de autorização judicial em sentença normativa.

21. Determinado empregado, afastado por motivo de doença, teve seu auxílio-doença convertido em aposentadoria por invalidez pelo órgão previdenciário. Diante da situação, ato contínuo, o empregado requereu ao empregador o imediato pagamento das verbas rescisórias, quais sejam, aviso prévio indenizado, férias proporcionais, 13º salário proporcional e acréscimo de 40% sobre o fundo de garantia do tempo de serviço.

Considerando a legislação trabalhista, é correto afirmar que o empregado

- (A) tem direito a todas as verbas pleiteadas, tendo em vista a extinção contratual sem justa causa.
- (B) só não tem direito ao aviso prévio indenizado, pois não se trata de uma despedida sem justa causa.
- (C) tem direito apenas às férias proporcionais e 13º salário proporcional, pois se trata de extinção do contrato de trabalho por motivo de força maior.
- (D) não tem direito às verbas pleiteadas, tendo em vista tratar-se de uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- (E) não tem direito às verbas pleiteadas, tendo em vista tratar-se de uma hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

22. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o direito da empregada gestante à estabilidade no emprego

- (A) está assegurado na hipótese do contrato de trabalho por prazo determinado.
- (B) está assegurado apenas na hipótese do contrato de trabalho por prazo indeterminado.
- (C) pressupõe o conhecimento do estado gestacional pela empregada.
- (D) pressupõe o conhecimento do estado gestacional pelo empregador.
- (E) jamais assegura o direito à reintegração no emprego, e sim à indenização respectiva.

23. Quanto ao horário de trabalho do empregado adolescente, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) se permite o trabalho noturno, desde que haja previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e o pagamento do adicional correspondente.
- (B) se permite o trabalho noturno apenas em caráter excepcional, independentemente de previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- (C) se permite o acréscimo de até duas horas extraordinárias, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e acréscimo salarial correspondente.
- (D) não se permite o trabalho noturno nem mesmo com previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- (E) não se permite o acréscimo de horas de trabalho em nenhuma hipótese.

24. As comissões de conciliação prévia

- (A) podem solucionar conflitos individuais e coletivos de trabalho por meio da arbitragem.
- (B) podem solucionar conflitos individuais de trabalho por meio da arbitragem.
- (C) podem solucionar conflitos coletivos de trabalho por meio da arbitragem.
- (D) podem solucionar conflitos individuais de trabalho por meio da arbitragem, desde que empregado e empregador estejam de acordo.
- (E) não podem solucionar conflitos de trabalho por meio da arbitragem.

25. Ajuizada a reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho de Catanduva (vinculada ao TRT-15ª Região), a reclamada arguiu oportunamente a incompetência territorial, sob o fundamento de que o reclamante trabalhara no município de São Paulo. Considerando que, após devidamente instruída, a exceção de incompetência foi acolhida pelo magistrado do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O reclamante poderá interpor, desde logo, agravo de instrumento.
- (B) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário.
- (C) O reclamante poderá interpor, desde logo, agravo de petição.
- (D) O reclamante poderá impetrar mandado de segurança.
- (E) Não caberá remédio jurídico algum, pois se trata de decisão interlocutória.

26. No processo do trabalho, a compensação e a retenção

- (A) só poderão ser alegadas como matéria de defesa.
- (B) precisam ser alegadas por meio de exceção, sempre antes da audiência.
- (C) podem ser alegadas, pela primeira vez, em razões finais.
- (D) devem ser conhecidas *ex officio* pelo juiz do trabalho.
- (E) podem ser alegadas a qualquer momento, em qualquer grau de jurisdição.

27. Na Justiça do Trabalho, os honorários de sucumbência

- (A) não são devidos quando a parte estiver substituída pelo sindicato de sua categoria.
- (B) não são devidos pelos beneficiários da justiça gratuita.
- (C) são também devidos na reconvenção.
- (D) são fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da liquidação de sentença, na hipótese de procedência dos pedidos.
- (E) são fixados sem levar em consideração o lugar da prestação dos serviços e a natureza da causa.

28. No processo do trabalho, os embargos de declaração

- (A) suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação ou ausente a assinatura.
- (B) suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, independentemente de qualquer circunstância.
- (C) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação ou ausente a assinatura.
- (D) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, independentemente de qualquer circunstância.
- (E) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, pela parte embargante, independentemente de qualquer circunstância.

29. Contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que extingue a ação rescisória sem resolução do mérito, é cabível

- (A) recurso de revista no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- (B) recurso de revista no prazo de 8 (oito) dias corridos.
- (C) agravo de instrumento no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- (D) recurso ordinário no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- (E) recurso ordinário no prazo de 8 (oito) dias corridos.

30. A suspensão do empregado dirigente sindical, até decisão final do inquérito judicial para apuração de falta grave,
- (A) pressupõe o deferimento de medida liminar pelo juiz do trabalho.
 - (B) constitui direito líquido e certo do empregador.
 - (C) deve ocorrer sem prejuízo dos salários a que o empregado tem direito.
 - (D) depende de expressa previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
 - (E) depende de prévia comunicação à comissão de representantes dos trabalhadores, quando a empresa possui mais de 200 (duzentos) empregados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. De acordo com a história das Cartas nacionais, é correto afirmar que a Justiça Federal, ao lado da Estadual, situando o Supremo Tribunal Federal no ápice do Poder Judiciário, foram criações da Constituição de
- (A) 1824.
 - (B) 1891.
 - (C) 1934.
 - (D) 1937.
 - (E) 1946.
32. Considerando o regime de Cartas próprias dos Municípios, é correto afirmar que o Município
- (A) não faz parte da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, como a União, os Estados-Membros e o Distrito Federal.
 - (B) não tem ampla liberdade para instituição de normas em defesa de seu interesse local porque encontra limites restritivos nos princípios estabelecidos, exclusivamente, pela Constituição Federal.
 - (C) uma vez observados os princípios constitucionais, pode inscrever em sua Lei Orgânica tudo que for de seu interesse e de interesse do respectivo Estado.
 - (D) não recebeu, pela atual Constituição, um tratamento de igualdade de condições com os demais entes federados, porque sua competência tributária está condicionada ao permitido expressamente pela Constituição Estadual.
 - (E) tem seu Legislativo, sendo de sua exclusiva competência a instituição das normas jurídicas municipais, além da função fiscalizatória, e conta com o Executivo que tem a incumbência pelas atribuições administrativas.

33. Compete aos Municípios, entre outros,
- (A) proteger a infância e a juventude, as pessoas com deficiência, e promover a integração entre estes.
 - (B) mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes que tenham interesse comum.
 - (C) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
 - (D) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, aplicar suas rendas, sem a necessidade de prestar contas, mas publicando os balancetes nos prazos fixados em lei.
 - (E) criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação federal.
34. Sobre o Sistema Tributário Nacional, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sempre que possível.
 - (B) taxas são decorrentes de obras públicas específicas.
 - (C) contribuição de melhorias decorrem do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte.
 - (D) os Municípios e o Distrito Federal não poderão instituir contribuição, nas respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
 - (E) cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
35. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, entre outros, julgar:
- (A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
 - (B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - (C) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os membros do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática.
 - (D) em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
 - (E) mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição.

36. A respeito do Ministério Público, a Constituição Federal estabelece que

- (A) se a instituição não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites nela estipulados.
- (B) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, excetuada a atuação financeira.
- (C) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de doze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (D) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria relativa dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (E) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e o Ministério Público do Tribunal de Contas.

37. Nos termos da Constituição Federal, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise

- (A) edição de norma regulamentadora, cuja falta torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- (B) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo administrativo, sigiloso ou não.
- (D) proteção de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- (E) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

38. A respeito do Estado e de suas formas, é correto afirmar:

- (A) quando o poder se reparte, se divide no espaço territorial, gerando uma multiplicidade de organizações governamentais, distribuídas regionalmente, está caracterizado o Estado unitário.
- (B) no Estado unitário, descentralizado administrativa e politicamente, além da autonomia administrativa há total autonomia política para a implementação do comando central.
- (C) o modo de exercício do poder político em função do território dá origem ao conceito de forma de Estado.
- (D) no federalismo por agregação, a Federação surge a partir de determinado Estado unitário, que resolve se descentralizar.
- (E) no federalismo dual, a separação de atribuições entre os entes federativos é extremamente flexível, havendo cooperação entre eles.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

39. As convenções e tratados internacionais em matéria tributária são bastante comuns e importantes no contexto de abertura comercial do país. A respeito da hierarquia desses instrumentos no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional, que as convenções e os tratados internacionais em matéria tributária

- (A) têm a mesma hierarquia das leis ordinárias, podendo ser alterados por lei ordinária ou lei de hierarquia superior que sobrevenha.
- (B) revogam ou modificam a legislação tributária interna, e devem ser observados pela legislação interna que lhes sobrevenha.
- (C) têm hierarquia de lei complementar, modificando a legislação tributária interna de menor hierarquia e podendo ser alterados apenas por leis complementares.
- (D) terão eficácia de norma constitucional quando aprovados em dois turnos por, no mínimo, $\frac{2}{3}$ (dois terços) de cada casa do Congresso Nacional.
- (E) quando envolvam tributos estaduais ou municipais, deverão contar com a expressa ratificação do Poder Legislativo estadual ou municipal, respectivamente, para a sua plena eficácia.

40. A Câmara de Vereadores do Município "X" aprovou, no mês de julho de 2019, norma revogando, antes do prazo previsto inicialmente, isenção condicionada e por tempo determinado do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Ao mesmo tempo e na mesma lei, a Câmara remitiu e anistiou créditos tributários do mesmo imposto decorrentes de lançamentos de ofício realizados pela Administração Tributária durante a vigência da lei isentiva em razão de fiscalizações sobre contribuintes que se beneficiaram irregularmente da isenção sem cumprir com suas condições.

Sobre a situação descrita e com base na legislação nacional, é correto afirmar que

- (A) a revogação da isenção faz com que o IPTU possa ser cobrado imediatamente, proporcionalmente ao restante do ano de 2019.
- (B) a Câmara de Vereadores violou a iniciativa exclusiva do Poder Executivo para a proposição de lei veiculando remissão e anistia de tributos.
- (C) a veiculação de remissão e de anistia na mesma lei que revoga a isenção viola a exigência de lei específica para a aprovação desses temas, tornando nula as respectivas provisões legais.
- (D) a revogação da isenção ainda no exercício de 2019 permite que seja cobrado integralmente o IPTU relativo a este ano, considerando tratar-se de imposto sujeito a lançamento de ofício.
- (E) os contribuintes que comprovadamente tiverem cumprido com as condições da lei revogada terão direito à respectiva isenção até o final do prazo originalmente previsto apesar da sua revogação.

41. Com relação à restituição de tributos pagos indevidamente, assinale a alternativa correta.

- (A) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- (B) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e da totalidade das penalidades pecuniárias pagas.
- (C) A restituição vence juros capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
- (D) O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 3 (três) anos.
- (E) A restituição do pagamento total ou parcial que o contribuinte julgar indevido depende de prévio protesto.

42. É correto afirmar sobre o regime constitucional do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU):

- (A) deverá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- (B) competirá ao município de domicílio do proprietário do imóvel.
- (C) cabe à lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.
- (D) poderá vir a ser progressivo no tempo, no caso do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
- (E) deverá ter alíquotas uniformes em toda a zona urbana do município.

43. Pertencem aos Municípios:

- (A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles e suas empresas estatais.
- (B) setenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (D) trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (E) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre produtos industrializados.

44. Segundo o Código Tributário Nacional, eventual nova legislação tributária aplica-se

- (A) imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.
- (B) apenas aos fatos geradores futuros, mas não aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.
- (C) a ato ou fato pretérito quando a lei expressamente o preveja.
- (D) a ato ou fato pretérito, quando seja expressamente interpretativa, incluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- (E) sempre no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação quando referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda.

45. É correto afirmar sobre o imposto sobre serviços (ISS):

- (A) em regra, os serviços sujeitos ao ISS estão também sujeitos ao imposto estadual sobre circulação de mercadorias (ICMS) quando sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
- (B) não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final.
- (C) incide sobre a prestação de serviços dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações.
- (D) incide sobre o valor do principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- (E) não é suficiente para caracterizar exportação de serviço para fins de não incidência do ISS o simples fato de o seu pagamento ser realizado por fonte no exterior.

46. A respeito dos embargos à execução fiscal, é correto afirmar que

- (A) possuem natureza jurídica equivalente à da contestação na ação de conhecimento.
- (B) em caso de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa até a decisão de primeira instância, fica assegurada ao executado a devolução do prazo para os embargos.
- (C) o executado oferecerá embargos no prazo máximo de 15 (quinze) dias da intimação para a penhora.
- (D) não se admite a produção de prova testemunhal nos embargos à execução fiscal.
- (E) o credor-embargado poderá apresentar reconvenção contra o devedor-embargante após intimação dos embargos à execução fiscal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

47. Princípios são proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas e institutos subseqüentes de uma disciplina. Sobre os princípios existentes no regime jurídico administrativo, é correto afirmar:

- (A) no Direito Administrativo pátrio não são admitidos princípios implícitos.
- (B) os princípios mínimos de Direito Administrativo são aplicáveis à Administração Direta e à Indireta, exceto quando exploradora de atividade econômica.
- (C) o princípio da supremacia determina privilégios jurídicos e um patamar de superioridade do interesse público sobre o particular.
- (D) o princípio da legalidade é da essência de qualquer Estado ou sociedade juridicamente organizada.
- (E) o princípio da isonomia estabelece que a atuação do agente público deve basear-se na ausência de subjetividade.

48. Considerando os princípios fundamentais, norteadores da Administração Pública e das atividades desenvolvidas por esta ordem política, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio do controle exige o acompanhamento sistemático da execução dos planos e programas governamentais pelos órgãos e chefias competentes, balizando-se pela observância do ordenamento legal de regência.
- (B) O princípio da coordenação introduz para a Administração o dever de elaborar planos e programas, visando promover o desenvolvimento econômico-social do país, assegurando aos cidadãos o direito à prosperidade.
- (C) O princípio do planejamento visa harmonizar as ações administrativas, mantendo-se nos limites do planejamento, objetivando evitar duplicidade de atuação, soluções divergentes e desperdício de recursos financeiros.
- (D) O princípio da delegação de competência consiste em atribuir à pessoa distinta daquela do Estado poderes suficientes para que, atuando por sua conta e risco, mas sob ordenamento e controle estatal, desempenhe atividade pública ou de utilidade pública.
- (E) O princípio da descentralização administrativa subentende a transmissão de poderes decisórios atribuídos originalmente à autoridade superior para a autoridade subordinada, caracterizando-se pelo caráter transitório e facultativo, processando-se segundo o ordenamento jurídico e mediante ato próprio.

49. Considerando as características do poder de polícia, é correto afirmar que os atos de polícia administrativa
- (A) podem ser delegados aos particulares, desde que não haja risco ao equilíbrio social.
 - (B) submetem-se ao controle quanto à legalidade, mas não ao controle quanto ao mérito, razão pela qual não podem ser revogados.
 - (C) são atos administrativos e, como tal, submetem-se ao controle no âmbito administrativo, mas não no âmbito judicial.
 - (D) têm como objetivo impedir ou paralisar atividades antissociais, incidindo sobre bens, direitos ou atividades dos particulares.
 - (E) podem ter natureza fiscalizadora, preventiva ou repressiva, podendo ensejar a aplicação de penalidade pelo Poder Judiciário.
50. Assinale a alternativa que se coaduna com o ordenamento jurídico pátrio no tocante aos entes administrativos.
- (A) Os atos administrativos das pessoas da Administração Direta gozam dos atributos de presunção de legitimidade e de autoexecutoriedade, mas não possuem coercibilidade.
 - (B) Os bens das pessoas da Administração Direta estão protegidos pelo regime público, sendo alienáveis de forma condicionada, impenhoráveis, imprescritíveis e não podem ser objeto de oneração.
 - (C) As pessoas jurídicas da Administração Indireta não podem ter fins lucrativos, tendo em vista serem criadas para a busca do interesse público, salvo quando exploradoras da atividade econômica.
 - (D) A transferência da atividade administrativa para as pessoas da Administração Indireta é uma hipótese de desconcentração em razão da relação de hierarquia entre a nova pessoa jurídica e o ente que a criou.
 - (E) A Câmara Municipal efetiva o controle sobre as pessoas da Administração Indireta do Município, dentre outras ações, por meio do julgamento das contas de seus administradores.
51. Sobre o regramento jurídico reservado aos entes de cooperação, assinale a alternativa correta.
- (A) Os entes de cooperação são conhecidos como entidades paraestatais, porque colaboram com o Estado no desempenho de uma atividade de interesse coletivo, integrando a Administração Indireta.
 - (B) Os entes de cooperação são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que realizam projetos de interesse do Estado, prestando serviços não exclusivos e viabilizando o seu desenvolvimento.
 - (C) Os entes de cooperação sujeitam-se a controle pela Administração Pública Direta e pelo Tribunal de Contas, embora o seu regime jurídico seja privado.
 - (D) A Lei Federal nº 8.666/93 garante a inexigibilidade para que a Administração contrate com as organizações sociais.
 - (E) O vínculo jurídico entre a Organização Social e o ente político que a criou é formado por meio do contrato de gestão.
52. A Lei nº 13.019/14 instituiu o chamado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), criando as parcerias voluntárias. É correto afirmar que referido diploma normativo
- (A) excluiu da celebração de parcerias voluntárias a OSC que tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos.
 - (B) autorizou a celebração de parcerias voluntárias que tenham por objeto a delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.
 - (C) autorizou a celebração de parcerias voluntárias que tenham por objeto a prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.
 - (D) autorizou a celebração de parcerias voluntárias para a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado e o apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens.
 - (E) determinou que as parcerias serão formalizadas mediante a celebração de contrato de gestão, precedido, como regra, por um procedimento de licitação pública.

53. Conforme o regramento estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93, é correto afirmar:

- (A) nos contratos administrativos, a Administração tem o monopólio da situação e todas as cláusulas são impostas unilateralmente ao contratado.
- (B) os contratos administrativos são personalíssimos, razão pela qual não admitem subcontratação.
- (C) a garantia do contrato corresponde à garantia de proposta, a qual deve ser apresentada durante o procedimento licitatório para vincular a parte à proposta apresentada.
- (D) a recomposição de preços é a fórmula concebida para preservar o conteúdo econômico-financeiro do contrato, à qual corresponde a correção monetária.
- (E) a alteração das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos dispensam prévia concordância do contratado.

54. No tocante ao instituto jurídico da desapropriação, é correto afirmar que

- (A) o domínio útil resultante da enfiteuse é passível de desapropriação.
- (B) os bens incorpóreos não são passíveis de desapropriação.
- (C) o espaço aéreo não pode ser desapropriado.
- (D) o Estado A pode desapropriar bem imóvel do Estado B, se houver anuência deste.
- (E) a competência material para desapropriar é privativa da União.

55. Considere a seguinte situação hipotética: o servidor municipal X tem sob sua responsabilidade R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais destinados ao abastecimento de cinco veículos oficiais do setor que coordena; entretanto, em janeiro último, utilizou, parte desse montante, R\$ 300,00 (trezentos reais), para o conserto de duas impressoras a laser, um computador e o bebedouro, utilizados por todos que ali exercem suas funções. Diante disso, a conduta do servidor municipal X configura

- (A) peculato culposo.
- (B) excesso de exação.
- (C) peculato.
- (D) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (E) advocacia administrativa.

56. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, corresponde ao crime de

- (A) advocacia administrativa.
- (B) violação de sigilo funcional.
- (C) condescendência criminosa.
- (D) corrupção passiva.
- (E) corrupção ativa.

57. Falsificar, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, as ações de sociedade comercial e o testamento particular configura o crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsidade material de atestado ou certidão.
- (E) falsificação do selo ou sinal público.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- 58.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pindorama, o(a) Vereador(a) poderá licenciar-se
- (A) para desempenhar missão de caráter permanente no interesse da Câmara.
 - (B) para tratar de interesse particular, por prazo determinado, nunca superior a trinta dias, podendo reassumir o exercício do mandato antes do término deste prazo.
 - (C) por moléstia devidamente comprovada.
 - (D) por qualquer motivo mediante requerimento fundamentado dirigido ao Plenário da Câmara.
 - (E) para conclusão de estudo em nível de pós-graduação, com manutenção da terça parte de seus vencimentos.
- 59.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pindorama, o(a) Vereador(a) não poderá, desde a expedição do diploma,
- (A) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando obedeça a cláusulas uniformes.
 - (B) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
 - (C) ser sócio administrador de sociedade empresarial de natureza privada.
 - (D) patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
 - (E) ser titular de mais de um mandato eletivo federal, estadual ou municipal.
- 60.** De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Pindorama, as Comissões Especiais de Inquérito
- (A) são destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do legislativo e terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.
 - (B) deverão ter o seu requerimento de constituição instruído com as denúncias sobre irregularidades e a indicação das respectivas provas.
 - (C) terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais.
 - (D) serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo.
 - (E) deverão sempre encaminhar suas conclusões aos órgãos competentes do Estado e da União para que seja promovida a responsabilidade dos denunciados, ainda que a Comissão conclua pela inexistência de irregularidades.

